

Demonstrações Financeiras

Atibaia Saneamento S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Atibaia Saneamento S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas da
Atibaia Saneamento S.A.
Atibaia - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atibaia Saneamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

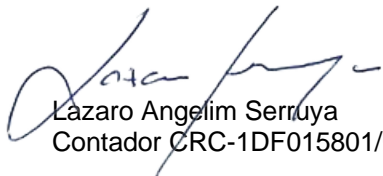
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC-1DF015801/O-7

Atibaia Saneamento S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.530	21
Outros ativos financeiros	6	-	2.332
Contas a receber e outros recebíveis	8	41.074	17.440
Estoques		134	78
Impostos e contribuições a recuperar	9	1.533	1.506
Despesas antecipadas		<u>37</u>	<u>57</u>
Total do ativo circulante		<u>44.308</u>	<u>21.434</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósito bancário vinculado	7	-	3.740
Impostos e contribuições a recuperar	9	3.041	2.092
Contas a receber e outros recebíveis	8	111.080	83.498
Despesas antecipadas		<u>6</u>	<u>-</u>
Total do realizável a longo prazo		<u>114.127</u>	<u>89.330</u>
Imobilizado		288	298
Ativos de direito de uso		624	281
Intangível		<u>33</u>	<u>45</u>
Total do ativo não circulante		<u>115.072</u>	<u>89.954</u>
Total do ativo		<u>159.380</u>	<u>111.388</u>

Atibaia Saneamento S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	10	7.042	3.400
Financiamentos	11	126	39.176
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14 c	-	625
Provisões e encargos trabalhistas		493	455
Obrigações fiscais	12	<u>2.730</u>	<u>1.849</u>
Total do passivo circulante		<u>10.391</u>	<u>45.505</u>
Não circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	10	46	-
Financiamentos	11	81.026	28.514
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14 c	1.318	-
Obrigações fiscais	12	11.840	7.786
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	<u>13.169</u>	<u>6.344</u>
Total do passivo não circulante		<u>107.399</u>	<u>42.644</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	14	10.010	10.010
Reserva de lucros		<u>31.580</u>	<u>13.229</u>
Total do patrimônio líquido		<u>41.590</u>	<u>23.239</u>
Total do passivo		<u>117.790</u>	<u>88.149</u>
Total patrimônio líquido e passivo		<u><u>159.380</u></u>	<u><u>111.388</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atibaia Saneamento S.A.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	18	67.355	68.166
Custo dos serviços prestados	19	<u>(34.099)</u>	<u>(42.223)</u>
Lucro bruto		<u>33.256</u>	<u>25.943</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	19	<u>(3.046)</u>	<u>(3.204)</u>
		(3.046)	(3.204)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>30.210</u>	<u>22.739</u>
Receitas financeiras	20	408	321
Despesas financeiras	20	<u>(2.524)</u>	<u>(6.437)</u>
Resultado financeiro líquido		(2.116)	(6.116)
Lucro operacional antes dos tributos		28.094	16.623
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(2.103)	(382)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	<u>(6.825)</u>	<u>(5.316)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>19.166</u>	<u>10.925</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atibaia Saneamento S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	<u>19.166</u>	<u>10.925</u>
Resultado abrangente total	<u><u>19.166</u></u>	<u><u>10.925</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atibaia Saneamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas			Lucros acumu- lados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva especial		
Saldos em 1º de janeiro de 2019	14	10	2	3.037	-	-	3.049
Aumento de capital social		10.000	-	-	-	-	10.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.925	10.925
Reserva legal		-	546	-	-	(546)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(735)	(735)
Reserva de lucro		-	-	9.644	-	(9.644)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14	<u>10.010</u>	<u>548</u>	<u>12.681</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.239</u>
Aumento de capital social		-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	19.166	19.166
Reserva legal		-	958	-	-	(958)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(815)	(815)
Reserva especial de dividendos		-	-	(30.074)	30.074	-	-
Reserva de lucro		-	-	17.393	-	(17.393)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14	<u>10.010</u>	<u>1.506</u>	<u>-</u>	<u>30.074</u>	<u>-</u>	<u>41.590</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atibaia Saneamento S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	19.166	10.925
Ajustes para:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.825	5.316
Imposto de renda e contribuição social provisionados	2.103	382
Depreciação e amortização	190	243
Baixa de arrendamento	19	-
PIS e COFINS diferidos	4.257	4.993
Juros sobre atualização do contas a receber ativo financeiro	(21.420)	(9.863)
Juros incorridos de financiamentos	1.619	3.354
	<u>12.759</u>	<u>15.350</u>
Variações em:		
Redução em contas a receber e outros recebíveis	(51.216)	(52.971)
Redução em estoques	(56)	(22)
Redução em impostos e contribuições a recuperar	(976)	(2.068)
Redução (aumento) em despesas antecipadas	14	(17)
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	3.688	161
Aumento em provisões e encargos trabalhistas	38	77
Aumento em obrigações fiscais	556	539
	<u>(35.193)</u>	<u>(38.951)</u>
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis	21.420	9.863
Impostos de renda e contribuição social pagos	(2.103)	(382)
Juros pagos de financiamentos e arrendamento	(966)	(15.077)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>(16.842)</u>	<u>(44.547)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(42)	(306)
Aquisições de ativo intangível	-	(23)
Outros ativos financeiros	2.332	(1.585)
Depósitos bancários vinculados	3.740	(3.740)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>6.030</u>	<u>(5.654)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	-	10.000
Empréstimos e financiamentos tomados	61.757	62.007
Pagamentos de financiamentos e arrendamento	(49.436)	(21.785)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	<u>12.321</u>	<u>50.222</u>
Aumento líquidos em caixa e equivalentes de caixa	<u>1.509</u>	<u>21</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	21	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>1.530</u>	<u>21</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Atibaia Saneamento S.A. “Companhia” é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), localizada na cidade de Atibaia – São Paulo, na Rua Aniceto Tavares, 50, Bairro: Recreio Estoril, foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia - SAAE por meio de concessão administrativa para a prestação dos serviços de esgotamento sanitário, que compreendem a coleta, o afastamento, o tratamento de esgotos sanitários e a disposição final do lodo, contemplando a realização das obras e investimentos necessários para a universalização do sistema, bem como a assunção, a operação e a manutenção de todo sistema operacional existente. A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Parceria Público Privada nº 25/2012.

A Companhia foi constituída em dezembro de 2012, iniciou suas atividades em junho de 2013 com a assinatura do Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, consistindo na prestação do serviço público de operações e atividades de apoio, acompanhado das obras de complementação, adequação e modernização do sistema de esgotamento sanitário do território urbano do Município de Estância de Atibaia - São Paulo e irá operar o sistema pelo prazo de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2043.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2021.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Mensuração ao valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Mensuração ao valor justo--Continuação

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação.

2.2. Receita de contrato com cliente

A Companhia possui um único contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia – SAAE, ao qual, de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e OCPC 05 - Contrato de Concessão, foi dividido entre serviços de construção e serviços de operação

As divulgações de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas relacionadas à receita são apresentadas a seguir.

a) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como ativo financeiro, pois a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa da concedente pelos serviços de construção prestados.

A Companhia estima que o valor justo da contraprestação relativa à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem. Esta margem adicional, estimada conforme plano de negócio do contrato de concessão, é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre o contrato de construção, a qual é adicionada ao referido custo de construção, resultando na receita de construção. As taxas utilizadas estão descritas abaixo.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Margem bruta sobre contrato de construção	28,80%	28,80%

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Receita de contrato com cliente--Continuação

b) Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de concessão, levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio aos recebíveis das obras que ocorrerão até o final da concessão, considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. As taxas utilizadas estão descritas abaixo.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Juros efetivos do contrato de concessão	20,25%	14,20%

c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão, quando *(i)* identifica as diferentes obrigações do contrato; *(ii)* determina o preço da transação; *(iii)* aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e *(iv)* satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da coleta, afastamento, tratamento do esgoto sanitário e disposição final do lodo, executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pela SAAE.

2.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras e impostos a recuperar;
- Despesas com juros empréstimos, financiamentos e ajuste a valor presente;
- Outras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não compensados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Tributos--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

c) Tributos sobre a venda

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

2.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Imobilizado--Continuação

a) Reconhecimento e mensuração--Continuação

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.6. Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Companhia tenha aplicado o expediente prático, o Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota 2.2 - Receita de contrato com cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios do Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, o Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

ii) *Mensuração subsequente*--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros do Companhia ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

ii) *Mensuração subsequente*--Continuação

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa.

iii) *Desreconhecimento*

O Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando o Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando o Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Companhia.

iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

O Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*--Continuação

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, o Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) Passivos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e contas a pagar.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, o Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de custo amortizado.

Custo amortizado (Empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) *Desreconhecimento*

O Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

2.9. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de concessão e são revistas anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.11. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Provisões--Conitnuação

b) Provisão para perdas com causas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.12. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Veículos: 5 anos
- Máquinas e equipamentos: 5 anos

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.9.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo.

2.16. Classificação circulante versus não circulante

O Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

O Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020-- Continuação

Alterações no CPC 15(R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* – saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* – entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* - saídas de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso o Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações ao Pronunciamento CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, uma vez que este não possui relações de *hedge* de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade podem influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020-- Continuação

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado traz alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia COVID-19.

Com um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à COVID-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao COVID-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

2.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. O Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 17 – Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 – Contratos de Seguros (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção da IFRS 17. Essa norma não se aplica ao Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante--Continuação

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação;

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- Determinação da época de satisfação da obrigação de performance dos serviços indiretos de água e esgoto: quando o serviço é solicitado, uma ordem de serviço é aberta para atendimento e monitoramento. Após a prestação do serviço, a ordem é finalizada e a receita reconhecida.

b) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

b) Estimativas e premissas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para o período de concessão. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa correspondente.

Provisão para perdas de créditos esperadas para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Na data das demonstrações financeiras, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

Tributos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

b) Estimativas e premissas--Continuação

Provisões para perdas com causas judiciais

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Impactos da COVID – 19

A Administração da Companhia vem acompanhando atentamente as notícias acerca do vírus COVID-19, assim como as reações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia global.

A Companhia efetuou análises sobre possíveis impactos da propagação do vírus COVID-19 em suas operações e, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos correspondentes, a Administração informa que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras, ainda não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos, ressaltando que o contas a receber está vinculado a contraprestação recebida exclusivamente da SAAE onde pelo histórico de recebimento e rating de risco de crédito atribuído a entidade, a Administração confirma a não existência de perdas esperadas ou risco de crédito porém, para preservação de liquidez durante a pandemia, a Companhia realizou a postergação de alguns investimentos de capex, impactando na redução de receita de construção (nota 18), assim como custos de construção (nota 19) se comparado com 2019.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Saldo bancário	10	21
Aplicações financeiras	1.520	-
Total	1.530	21

As aplicações financeiras são classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

A composição das aplicações financeiras está representada como segue:

Modalidades	2020	2019
Fundos de investimento	1.520	-

Em 31 de dezembro de 2020 a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI, dos fundos de investimento foi de 3,90%.

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

6. Outros ativos financeiros

	2020	2019
Certificados de depósito bancário	-	2.332

Outros ativos financeiros são classificados como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2019, a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI dos certificados de depósito bancário foi de 5,51%. Os certificados de depósitos bancários possuem vencimento entre 1 e 7 anos e, por consequência não são considerados como caixa e equivalentes de caixa.

7. Depósitos bancários vinculados

	2020	2019
Fundos de investimento	-	3.740
Não circulante	-	3.740

Depósitos bancários vinculados rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários.

Depósitos bancários vinculados referem-se a montantes retidos na Companhia relativos a:
(i) constituição de conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortização e juros vencíveis nos meses imediatamente subsequentes.

Tais recursos retidos, quando desbloqueados ou se substituídos por outras garantias, são destinados aos investimentos necessários para a melhoria ou manutenção das redes de água e esgoto e demais investimentos previstos nos contratos de concessão.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

8. Contas a receber e outros recebíveis

	Nota	2020	2019
Recebíveis dos contratos de concessão		152.813	101.430
(-) Ajuste a valor presente dos recebíveis		(990)	(800)
		151.823	100.630
Operações mensais – partes relacionadas	21	186	187
Adiantamentos		145	121
Circulante		41.074	17.440
Não circulante		111.080	83.498
Total		152.154	100.938

A movimentação dos recebíveis de contrato de concessão é a seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	44.968
Receita decorrente de serviços de operação	5.240
Receita decorrente de serviços de construção	60.011
Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	9.863
(-) Ajuste a valor presente dos recebíveis	(800)
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no exercício	(18.652)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	100.630
Receita decorrente de serviços de operação	5.844
Receita decorrente de serviços de construção	46.956
Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	21.420
(-) Ajuste a valor presente dos recebíveis	(190)
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no exercício	(22.837)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	151.823

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

9. Impostos e contribuições a recuperar

	2020	2019
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	2.671	2.116
Programa de Integração Social (PIS)	586	459
Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	530	641
Saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	491	358
Imposto sobre serviço (ISS)	10	10
PIS / COFINS / CSLL retidos na fonte	286	14
Circulante	1.533	1.506
Não circulante	3.041	2.092
Total	4.574	3.598

10. Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	2020	2019
Prestadores de serviços de obra		604	1.106
Fornecedores diversos		6.435	2.173
Operações mensais – partes relacionadas	21	49	77
Outras contas a pagar		-	44
Circulante		7.042	3.400
Não circulante		46	-
Total		7.088	3.400

11. Financiamentos

Linha de Crédito	Nota	Inde- xador	Juros		Vencimento	2020	2019
			a.a. (%) (*)	médios			
Cédula de crédito - Banco BTG		CDI	9,44	2.022	-	48.639	
Conta corrente – partes relacionadas	21				-	18.753	
Mútuo – partes relacionadas	21		8,00	2.022	80.510	-	
Arrendamento					642	298	
Circulante					126	39.176	
Não circulante					81.026	28.514	
Total					81.152	67.690	

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

11. Financiamentos--Continuação

(*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

O financiamento junto ao BTG é garantido por fiança bancária através do através de conta reserva conforme nota explicativa nº 7.

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

A garantia da cédula de crédito é o aval da controladora Iguá Saneamento S.A

Os financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60
31 de dezembro de 2020	contábil	meses	meses	meses	meses	meses
Arrendamento	642	126	140	155	105	116
Partes relacionadas	80.510	-	80.510	-	-	-
Total	81.152	126	80.650	155	105	116

	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60
31 de dezembro de 2019	contábil	meses	meses	meses	meses	meses
Financiamentos	48.639	20.305	20.000	8.334	-	-
Arrendamento	298	118	68	53	59	-
Partes relacionadas	18.753	18.753	-	-	-	-
Total	67.690	39.176	20.068	8.387	59	-

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

11. Financiamentos--Continuação

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamentos

	Financiamentos	Arrendamento	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2019	38.775	-	38.775
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captação de financiamentos	50.000	-	50.000
Captação partes relacionadas	12.007	-	12.007
Pagamento de principal	(21.667)	(118)	(21.785)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	40.340	(118)	40.222
Outras variações			
Arrendamento	-	416	416
Provisão de juros	3.317	37	3.354
Pagamento de juros	(15.040)	(37)	(15.077)
Total de outras variações	(11.723)	416	(11.307)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	67.392	298	67.690
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captação partes relacionadas	61.757	-	61.757
Pagamento de principal	(49.292)	(144)	(49.436)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	12.465	(144)	12.321
Outras variações			
Arrendamento	-	488	488
Provisão de juros	1.588	31	1.619
Pagamento de juros	(935)	(31)	(966)
Total de outras variações	653	488	1.141
Saldo em 31 de dezembro de 2020	80.510	642	81.152

c) Cumprimento de cláusulas contratual restritivas (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados pela Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

12. Obrigações fiscais

	2020	2019
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com recolhimento diferido - concessão	10.178	6.681
Programa de Integração Social (PIS) com recolhimento diferido - concessão	2.210	1.450
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.522	1.078
Programa de Integração Social (PIS)	336	234
ISS / PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	76	(6)
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salário	31	36
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) retido a recolher	93	50
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	124	112
Circulante	2.730	1.849
Não circulante	11.840	7.786
Total	14.570	9.635

13. Provisão para perda com causas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera não existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, não constituiu nenhuma provisão em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas são de natureza cível, trabalhista e ambiental, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram o montante de R\$33 em 31 de dezembro de 2020 (R\$67 em 31 de dezembro de 2019). Nenhuma provisão foi constituída para tais contingências tendo em vista que as práticas contábeis adotadas não requerem sua contabilização, apenas a divulgação.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

14. Capital social e reservas

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$10.010 (R\$10.010 em 31 de dezembro de 2019), representado por 10.010.000 ações ordinárias (10.010 em 31 de dezembro de 2019), sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2020	2019
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou para futuras distribuições de dividendos previstas conforme Plano de Negócio aprovado em Assembleia Geral.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, conseqüentemente, a Lei nº 6.404/76 determina no mínimo a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

Conforme AGE de 30 de dezembro de 2019, foi reconhecido juros sobre o capital próprio no montante de R\$735 (R\$625 valor líquido de imposto de renda retido na fonte).

Conforme AGE de 30 de dezembro de 2020, foi reconhecido juros sobre o capital próprio no montante de R\$815 (R\$693 valor líquido de imposto de renda retido na fonte).

Tendo em vista a necessidade da Companhia de manter os recursos necessários para os investimentos a serem realizados no ano de 2021 e, portanto, os órgãos da administração entendem que a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios além do realizado de R\$815 é incompatível com a situação financeira da Companhia e a parcela dos lucros não distribuída foi destinada a reserva especial de dividendos.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

14. Capital social e reservas--Continuação

A Companhia não propôs os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao lucro líquido além do distribuído a título de JSCP do exercício que serão ratificados à aprovação na próxima Assembleia Ordinária.

15. Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2020	2019
Total do passivo	117.790	88.149
(-) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos financeiros e depósitos bancários vinculados	(1.530)	(6.093)
(=) Capital de terceiros líquido (A)	116.260	82.056
Total do patrimônio líquido (B)	41.590	23.239
Índice de alavancagem em 31 de dezembro (A/B)	2,80	3,53

16. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Classificação contábil e valores justos--Continuação

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.520	-	10	21	-	-
Outros ativos financeiros	6	-	2.332	-	-	-	-
Depósitos bancários vinculados	7	-	3.740	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	8	-	-	152.154	100.938	-	-
Ativos financeiros		1.520	6.072	152.164	100.959	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	10	-	-	-	-	7.088	3.400
Financiamentos	11	-	-	-	-	81.152	67.690
Passivos financeiros		-	-	-	-	88.240	71.090

b) Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2020.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de preço.

i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

i) *Estrutura do gerenciamento de risco--Continuação*

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito que é o contrato de Parceria Público Privada com a SAAE, que prevê reequilíbrio econômico-financeiro.

Mediante segundo termo aditivo ao contrato de concessão, o pagamento das contraprestações em atraso que totalizam o montante de R\$ 9.789 relativas ao período de novembro de 2015 a janeiro de 2017, serão pagas em parcelas mensais de R\$ 200 a partir de janeiro de 2019.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

ii) *Risco de crédito*--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.530	21
Outros ativos financeiros	6	-	2.332
Depósitos bancários vinculados	7	-	3.740
Contas a receber e outros recebíveis (*)	8	152.009	100.817
Circulante		42.459	19.672
Não circulante		111.080	87.238
Total		153.539	106.910

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente a adiantamentos

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2020	2019
Fornecedores e outras contas a pagar	10	7.088	3.400
Financiamentos	11	81.152	67.690
Circulante		7.168	42.576
Não circulante		81.072	28.514
Total		88.240	71.090

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iii) *Risco de liquidez--Continuação*

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	Valor	Fluxo	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60
31 de dezembro de 2020	contábil	de caixa	meses	meses	meses	meses	meses
		contratual					
Fornecedores e outras contas a pagar	7.088	7.088	7.042	46	-	-	-
Partes relacionadas	80.510	80.510	-	80.510	-	-	-
Arrendamento	642	799	185	185	185	122	122
Total	88.240	88.397	7.227	80.741	185	122	122

	Valor	Fluxo	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48
31 de dezembro de 2019	contábil	de caixa	meses	meses	meses	meses
		contratual				
Fornecedores e outras contas a pagar	3.400	3.400	3.400	-	-	-
Partes relacionadas	18.753	18.753	18.753	-	-	-
Financiamentos e arrendamento	48.937	53.366	23.182	21.561	8.560	63
Total	71.090	75.519	45.335	21.561	8.560	63

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao IPCA e CDI.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iv) *Risco de mercado--Continuação*

Perfil

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	2020	2019
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	5	1.520	-
Outros ativos financeiros	6	-	2.332
Depósitos bancários vinculados	7	-	3.740
Recebíveis de contratos de concessão	8	152.813	101.430
Passivos financeiros			
Financiamentos	11	-	48.639

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros ativos financeiros, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iv) *Risco de mercado--Continuação*

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2020	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	1.520	CDI	3,90	59	4,88	74	5,86	89
Recebíveis de contratos de concessão	152.813	IPCA	4,34	6.632	5,43	8.298	6,51	9.948
Impacto no resultado e patrimônio líquido	154.333			6.691		8.372		10.037
Impacto no resultado do exercício apresentado						1.681		3.346

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2020	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	1.520	CDI	3,90	59	2,93	45	1,95	30
Recebíveis de contratos de concessão	152.813	IPCA	4,34	6.632	3,26	4.965	2,17	3.315
Total dos ativos e passivos financeiros	154.333			6.691		5.010		3.345
Impacto no resultado do exercício apresentado						(1.681)		(3.346)

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

v) *Risco de preço*

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

17. Imposto de renda e contribuição social

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social						
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social	801	1.743	-	-	(942)	(162)
Contas a receber - contratos de concessão	-	-	9.507	4.592	(4.915)	(3.883)
Contas a receber - diferimento de serviços prestados para órgão público	-	-	4.833	3.531	(1.302)	(1.286)
Arrendamento	6	-	-	-	6	-
Outras diferenças temporárias	364	36	-	-	328	15
	1.171	1.779	14.340	8.123	(6.825)	(5.316)
Compensação (*)	(1.171)	(1.779)	(1.171)	(1.779)	-	-
Total líquido	-	-	13.169	6.344	(6.825)	(5.316)

(*) Saldo de ativo e passivos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Reconciliação da taxa efetiva	2020	2019
Resultado do exercício antes dos impostos	28.094	16.623
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	(9.552)	(5.652)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(21)	(57)
Outros	645	11
Imposto corrente	(2.103)	(382)
Imposto diferido	(6.825)	(5.316)
Alíquota efetiva	32%	34%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia objetivando a geração de lucro tributário realiza ações através da efetiva redução de custos operacionais e administrativos, os aumentos tarifários contratuais e o aumento das receitas através de planos de investimentos para atendimento aos contratos de concessão.

18. Receita operacional líquida

	2020	2019
Construção	46.956	60.011
Receita de ativo financeiro	21.420	9.863
Receita de prestação de serviço da operação	5.844	5.240
Impostos sobre serviços	(6.865)	(6.948)
Total	67.355	68.166

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

19. Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	2020	2019
Custo de construção	(30.340)	(38.775)
Energia elétrica	(938)	(949)
Despesas com pessoal	(1.257)	(1.090)
Serviços de terceiros	(1.050)	(792)
Materiais auxiliares	(167)	(164)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(123)	(156)
Depreciação e amortização	(11)	(73)
Outros custos	(462)	(227)
Materiais diretos	(35)	(67)
Créditos de Pis e Cofins	284	70
Total	(34.099)	(42.223)

Despesas administrativas e gerais	2020	2019
Despesa com pessoal	(1.901)	(2.127)
Serviços de terceiros	(213)	(275)
Outras despesas	(753)	(632)
Depreciação e amortização	(179)	(170)
Total	(3.046)	(3.204)

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

20. Receitas financeiras e despesas financeiras

Receitas financeiras	2020	2019
Juros de aplicações financeiras e depósitos vinculados	52	209
Juros de atualização de impostos	256	93
Descontos obtidos	10	19
Ajuste a valor presente	66	-
Outras	24	-
Total	408	321
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(1.619)	(3.354)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(8)	(932)
Ajuste a valor presente das contas a receber	(255)	(800)
Comissões e despesas bancárias	-	(1.322)
Outras despesas financeiras	(642)	(29)
Total	(2.524)	(6.437)
Despesas financeiras líquidas	(2.116)	(6.116)

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

21. Partes relacionadas

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A.

b) Outras transações com partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Em contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar e financiamentos	(Nota 8)	(Nota 8)	(Nota 10 e 11)	(Nota 10 e 11)		
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	-	-	(1.104)	(1.230)
Repasse de recursos e custos - CSC	(b)	186	187	49	77	(80)
Contrato de assistência técnica	(c)	-	-	-	-	2
Conta corrente	(d)	-	-	-	18.753	-
Mútuos	(e)	-	-	80.510	-	-
Circulante		186	187	3	77	(1.184)
Não circulante			-	80.556	18.753	-
Total		186	187	80.559	18.830	(1.184)

- (a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (b) Contrato de serviços de assistência técnica entre a Companhia e suas acionistas, com vigência até o prazo final dos contratos de concessão das controladas, no montante equivalente a 5% sobre a receita.
- (c) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- (d) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora Iguá Saneamento S.A. no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.
- (e) Refere-se a contratos de mútuos entre a Companhia e sua controlada, com incidência de juros fixos de 8% ao ano, e vencimento em 2022.

22. Seguros

A Companhia tem contratado cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

23. Compromissos

a) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

24. Eventos Subsequentes

Em 01 de fevereiro de 2021 foi concluída a contratação de financiamento junto à Caixa Econômica Federal – Programa Saneamento Para Todos, no montante de R\$134.332.258,51 (cento e trinta e quatro milhões, trezentos e trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e um centavos), com prazo total de 22 anos.

Composição da Diretoria

Presidente do Companhia

Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão

Diretoria

Mateus Banaco
Sérgio Roberto Bovo Junior

Contador

Anderson da Costa
CRC/SP nº 1 SP – 244592/O-1